

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 00152.000315/2025-80

A Secretária de Estado da Secretaria do Desenvolvimento Econômico- SDE/PI, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE: Com fundamento no inciso IV, do art. 71, da Lei nº 14.133/21, e posteriores alterações, e conforme o que consta no Processo Administrativo SEI nº **00152.000315/2025-80** SDE/PI, que objetivou a seleção de melhor proposta para a **HOMOLOGAR** o procedimento licitatório na modalidade CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº **034/2025** - SDE/PI, tipo menor preço unitário, cujo objeto é a Contratação de empresa de **engenharia PARA A CONSTRUÇÃO DE UMA PRAÇA PÚBLICA, NO POVOADO TUCUNS, ZONA RURAL DO MUNICÍPIO FRANCISCO AYRES - PI**. Desse modo, satisfazendo à lei e ao mérito, e **ADJUDICAR** nos termos dos arts. 123 e 176 do Decreto Estadual nº 21.872/2023, o item único o objeto licitado em favor da **empresa CARVALHO ENGENHARIA LTDA**, CNPJ 05.366.234/0001-70, pela proposta mais vantajosa para esta Secretaria, no valor **R\$ 304.816,52 (TREZENTOS E QUATRO MIL, OITOCENTOS E DEZESSEIS REAIS E CINQUENTA E DOIS CENTAVOS)**, Na oportunidade, segundo os mesmos dispositivos legais citados, dada à legalidade do procedimento e a conveniência da contratação **HOMOLOGO** o procedimento.

Teresina (PI), 04 de dezembro de 2025.

Janainna Pinto Marques Tavares

Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico – SDE/PI

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 30313, datada de 5 de dezembro de 2025.)

INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - IDEPI,

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 220/2025

PROCESSO SEI: 00119.001885/2025-01;

PARTES: INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DO PIAUÍ - IDEPI, CNPJ: Nº 09.034.960/0001-47 e a PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES - PI, CNPJ Nº 06.553.705/0001-12;

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 23 da Constituição Federal de 1988; art.116 da Lei Federal nº 8.666/1993; Art. 15 da Constituição Estadual, 3º, II da Lei Complementar Estadual nº 28 de 09/06/2003; art. 1º da Lei Ordinária Estadual nº 5.642 de 12/04/2007, Decreto Estadual nº 12.440/2006; Decreto Estadual nº 16.013/2015;

OBJETO: Mútua cooperação entre os partícipes, com vistas a execução, sob a responsabilidade do INSTITUTO DE DESENVOLVIMENTO DO PIAUÍ - IDEPI e devidamente autorizado pela PREFEITURA MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES - PI, para execução dos serviços de



PAVIMENTAÇÃO EM PARALELEPÍPEDO NA LOCALIDADE BAIXAS DO JUAZEIRO, COM ÁREA TOTAL DE 4.845,00M², NO MUNICÍPIO DE DOM EXPEDITO LOPES - PI.

DATA DA ASSINATURA: 24/11/2025;

VIGÊNCIA: Até a conclusão da obra objeto do presente Termo;

SIGNATÁRIOS: FELIPE DE MELO EULÁLIO - PELO IDEPI E ABIMAEI JOSÉ DO NASCIMENTO LIMA - PREFEITO MUNICIPAL DE DOM EXPEDITO LOPES - PI.

(Transcrição da nota TERMOS de Nº 30321, datada de 5 de dezembro de 2025.)

COORDENADORIA DE ESTADO DA JUVENTUDE - COJUV

TERMO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE Nº 205/2025/COJUV

Conforme constam nos autos do Processo SEI nº 00343.000503/2025-61, sob a forma de Justificativa, RATIFICO-A em todos os seus termos, com fulcro no art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, através do procedimento de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO acima descrito, em favor da empresa K S L LIMITADA, inscrita no CNPJ sob o nº 39.976.525/0001-00, que apresentou proposta no valor total de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), para prestação de serviços artísticos, objetivando a realização de SHOW ARTÍSTICO, no município de TERESINA/PI, na data de 12 de dezembro de 2025, cujas despesas correrão à conta da Fonte 501 - Recursos não Vinculados de Impostos, mesmo porque preenchidas as condições de convencimento, ao tempo em que determino a publicação do extrato desta ratificação em justificativa, no prazo da Lei, para que possa surtir seus reais efeitos externos.

Depois de cumprida a determinação, seja providenciada apresentação de todas as certidões fiscais vigentes e emissão de ordem de serviços em favor da contratada, consoante o art. 95, caput, da Lei 14.133/2021, com vistas a possibilitar a prestação de serviços pelo particular acima indicado, promovendo-se a partir da emissão do instrumento contratual o seu acompanhamento.

Após as providências supra, acostem-se ao processo as cópias comprobatórias, como parte integrante e indissociável do procedimento de Inexigibilidade de Licitação, tudo em observância ao art. 72, parágrafo único, da Lei 14.133/2021.

Gabinete/COJUV, em 05 de dezembro de 2025.

ÉVERTON ALVES CALISTO

Coordenador da Juventude do Estado do Piauí

COORDENADORIA DE ESTADO DA JUVENTUDE - COJUV

EXTRATO DO CONTRATO Nº 205/2025

